

# Educação e segregação social na Região Metropolitana de São Paulo

Marisa do Espírito Santo Borin\*  
Dulce Maria Tourinho Baptista\*\*

---

## Resumo

O presente artigo apresenta uma análise da realidade educacional da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, por meio da comparação de um conjunto de variáveis levantadas entre os anos de 1991 e 2000, pelos Censos do IBGE, evidenciando-se as novas desigualdades sócio-espaciais observadas neste período. Através de uma análise e classificação do território dos municípios da RMSP e de suas populações, são identificados os dados educacionais das áreas intra-metropolitanas e apontadas as suas diferenças.

**Palavras-chave:** educação; segregação; Região Metropolitana de São Paulo; desigualdade sócio-espacial.

## Abstract

This article presents an analysis of São Paulo Metropolitan Area's educational reality, by comparasing a set of variables raised since 1991 to 2000, through IBGE's census, which shows the new social-spatial inequalities observed in this period of time. Through analysis and classification of the cities of São Paulo Metropolitan Area and its populations, educational data of the inside of metropolitan area are identified and differences are signalized.

**Keywords:** education; segregation; São Paulo metropolitan area; social and spacial inequalities.

---

## Introdução

Este trabalho apresenta uma análise sobre a realidade educacional da Região Metropolitana de São Paulo- RMSP, comparando o conjunto de mudanças ocorridas entre os anos de 1991 e 2000, tomando-se como base as novas desigualdades sócio-espaciais observadas neste período.

---

\* Socióloga, doutora em Ciências Sociais e docente da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: marisaborin@terra.com.br

\*\* Socióloga, doutora em Ciências Sociais e docente da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: dulcebaptista@uol.com.br

A análise social do espaço é feita pela classificação do território dos municípios da RMSP e de suas populações, identificando unidades de análise que permitam construir uma representação sintética de suas diferenças.

O espaço urbano contém um conjunto de recursos significativos à reprodução das categorias sociais, na forma de bens materiais e simbólicos, mas a sua distribuição reflete chances desiguais de acesso (Ribeiro, s/d).

A partir de uma classificação das áreas intra-metropolitanas, considerando-se a existência da segregação, entendida como a desigualdade social expressa na forma de organização do território da cidade, busca-se analisar a dinâmica educacional da RMSP.

A proposta é proceder à análise da educação na RMSP, utilizando-se a metodologia e o conjunto de dados produzidos pelo Observatório das Metrôpoles de São Paulo.<sup>1</sup>

## **O contexto da Região Metropolitana de São Paulo**

A Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, nos primeiros anos do século XXI, apresenta uma das maiores concentrações populacionais do mundo, em seus 39 municípios. O município-pólo (São Paulo), que no censo de 1940 concentrava 84,58% da população da RMSP, transferiu, ao longo do tempo, sua população para os municípios vizinhos, absorvendo no censo de 1991, 62,53% da RMSP e em 2000, apenas 58,37%, conforme explicita a Tabela 1.

---

<sup>1</sup> O Observatório das Metrôpoles é um grupo de pesquisa que funciona em rede, reunindo pesquisadores de instituições universitárias, governamentais e não-governamentais. As equipes vêm trabalhando sobre 11 metrôpoles e uma aglomeração urbana: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e a aglomeração urbana de Maringá, identificando as tendências e convergências entre as metrôpoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas pelas quais passa o país nos últimos 20 anos. Além dos objetivos acadêmicos, o Observatório das Metrôpoles tem a intenção de aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que auxiliem os atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas.

Tabela 1 – População do Município de São Paulo (MSP), da Região Metropolitana (RMSP) e do Estado de São Paulo (ESP), 1991-2000.

Ano	MSP	RMSP	ESP	Proporção		
				MSP/RMSP	MSP/ESP	RMSP/ESP
1991	9.610.659	15.369.305	31.436.273	62,53	30,57	49,40
2000	10.435.546	17.878.703	37.032.403	58,37	28,18	48,28

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1991 e 2000

A evolução do crescimento populacional na Região Metropolitana de São Paulo acompanhou seu desempenho econômico. Desde fins do século XIX, com a produção cafeeira, passando pela década de 1950, com a implantação da indústria automobilística, até os anos 1970, a região concentrou grande parte da atividade nacional e foi chamada a sede do chamado “milagre brasileiro” sendo objeto de intensos investimentos que remodelaram o seu espaço urbano.

O processo de urbanização e periferização foi acelerado a partir do golpe de 1964, caracterizando um período de acentuado crescimento industrial e expansão do aglomerado metropolitano. Com a redemocratização política do país, houve a expansão dos meios de comunicação, o fortalecimento das instituições e inicia-se um processo de descentralização regional, atingindo seu apogeu nos anos 1990, com a abertura e desregulamentação da economia, impulsionando os processos de globalização e reestruturação produtiva das empresas, conforme aponta Taschner (2001).

Em termos educacionais, os índices da RMSP cresceram de forma mais rápida quando comparados com outros locais do país. Atualmente, nenhum município da RMSP apresenta dados quantitativos inferiores à média brasileira (Haddad, 2008).<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Essa realidade apresentada aponta para um falso diagnóstico, pois, como diz Haddad, “No Brasil grande parte das pessoas de 7 a 14 anos está estudando, mas a baixa qualidade de ensino, unida à baixa qualidade de vida dessa população fazem com que os alunos não consigam completar a sua escolaridade criando um novo tipo de exclusão social e educacional, provocada não mais pela ausência de vagas, mas sim pela incapacidade de adquirir a escolaridade, mesmo freqüentando bancos escolares, transformando grande parte da população jovem e adulta incapaz de ler e escrever com autonomia” Sérgio Haddad. Educação e exclusão. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, maio 2008.

Um exemplo desse cenário é o percentual de pessoas alfabetizadas que progressivamente aumenta desde o censo de 1980, conforme dados da Tabela 2:

Tabela 2 – Brasil, estado de São Paulo e Grande São Paulo. Distribuição de pessoas com 10 anos ou mais, segundo condição de alfabetização: 1980-1991-2000.

Região/pessoas alfabetizadas	1980		1991		2000	
	Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%
Brasil	65.671.034	74,5	90.628.634	80,3	119.328.353	87,2
Estado de São Paulo	16.810.810	87,1	22.808.546	90,7	28.800.475	93,9
Grande São Paulo	8.710.493	89,3	11.328.005	92,2	13.999.403	94,8

Fonte: Emplasa, 2005.

No entanto, apesar dos notáveis ganhos quantitativos, a questão hoje crucial está na qualidade da educação apreendida, pois quase a metade dos estudantes do estado de São Paulo (43,1%) termina o ensino médio com conhecimentos de escrita e leitura esperados para um aluno de oitava série. Outros 15,2% dos alunos têm desempenho ainda pior, similar ao desejado para crianças da quarta série do ensino fundamental. A média dos estudantes das escolas públicas estaduais é 21,2% inferior aos dos alunos das particulares.<sup>3</sup>

Assim, embora o ensino fundamental tenha quase atingido a universalidade da demanda de crianças e jovens na RMSP, o grande desafio está em se buscar caminhos que possam vislumbrar meios para se atingir uma educação de qualidade que permita a todos uma inserção social adequada e um pleno desempenho como cidadãos.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é refletir sobre essa questão, tendo-se como pressuposto que a territorialidade, aliada

<sup>3</sup> Esses dados são resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 20 dez 2008.

principalmente ao fator renda, entre outras variáveis, tem forte correlação com a educação, pois o que se constata é que em escolas de áreas periféricas, mesmo quando se enquadram nos parâmetros operacionais básicos, tendem a apresentar sistematicamente alunos com pior *performance* escolar. O perfil de sua demanda, como origem familiar – pais com baixa renda e escolaridade – raça, entre outras variáveis, tende a influir no desempenho escolar, verificando-se que a escola, ao contrário do que se imagina, vem reforçando a desigualdade social, ou seja, não garante a formação de cidadãos igualmente educados para enfrentarem o mercado de trabalho e outras formas de inserção na sociedade. Em outros termos, a universalização do acesso à escola não garante automaticamente a universalização do aprendizado (Torres, Ferreira e Gomes, 2005).

### **Segregação e desempenho educacional na RMSP**

A análise que aqui é feita compactua com a idéia de que os mecanismos de socialização, integração social e fortalecimento do capital social desencadeiam-se a partir da educação. Por outro lado, entende-se que a democratização das oportunidades, via universalização da educação, está sendo bloqueada pelos efeitos da concentração territorial da pobreza, ou seja, a segregação residencial e o risco da reprodução das desigualdades estão relacionados. A baixa qualidade e desempenho escolar estão fortemente relacionados a determinados espaços na região metropolitana de São Paulo.

Áreas com vulnerabilidade social e educacional estão presentes na RMSP. São Paulo tornou-se uma cidade na qual pessoas de diferentes classes sociais estão separadas por grandes distâncias territoriais, tipos de habitação, de acesso a serviços e de qualidade de vida urbana.

Assim sendo, por meio da análise comparativa dos espaços da RMSP, busca-se evidenciar as diferenças e entender os condicionantes no desempenho educacional de sua população.

Para tal, analisa-se o comportamento de variáveis educacionais versus a composição social das áreas da metrópole, classificadas segundo uma tipologia sócio espacial ou *clusters*, construídos conforme metodologia utilizada pelo Observatório das Metrôpoles de São Paulo.<sup>4</sup> Essa análise permite uma visão intra metropolitana em que se identifica onde se localizam os melhores e piores níveis de escolaridade na RMSP.

A análise feita pelo Observatório das Metrôpoles apontou em 1991, a existência de 11 *clusters*, correspondentes a um conjunto espacial de áreas socialmente homogêneas. Em 2000, foram identificadas 12 áreas.

A análise dos *clusters* permite perceber as mudanças intra-urbanas ocorridas no padrão de segmentação social do espaço, do início da década de 1990 ao ano 2000. Cada *cluster* congrega um número específico de Áreas de Expansão Demográfica – AEDs, que sofrem transformações de 1991 a 2000.

A identificação de cada *clusters* e as especificações com o número de AEDs e de sua população, nos censos de 1991 e 2000, estão registradas nas Tabelas 3 e 4.

---

<sup>4</sup> A partir das variáveis ocupação, renda e escolaridade, criou-se uma variável síntese – sócio-ocupacional. Elaborou-se, de forma hierárquica, uma tipologia da população ocupada, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com o objetivo de permitir a caracterização de sua espacialização na RMSP, considerando-se o local de residência. Foram agregadas áreas e por meio de análise fatorial foi gerada uma tipologia sócio-espacial ou *cluster*. Foram utilizados dados censitários, únicos disponíveis no Brasil, com capacidade simultânea de efetuar a comparabilidade no tempo e no espaço.

Tabela 3 – *Clusters* 1991<sup>5</sup>

<i>Clusters</i> 1991	N <sup>o</sup> s AEDs 1991	População 1991
Agrícola	8	114.410
Agrícola popular	14	283.717
Popular	112	1.916.446
Operário popular	<b>121</b>	1.780.576
Operário moderno	93	1.675.448
Operário	69	1.489.343
Médio operário	81	1.711.241
Médio	91	1.922.963
Médio superior	40	829.248
Superior médio	<b>127</b>	2.617.598
Superior	56	1.098.979
Total	812	15.439.970

Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

Tabela 4 – *Clusters* 2000

<i>Clusters</i> 2000	N <sup>o</sup> s AEDs 2000	População 2000
Agrícola	4	71.840
Agrícola popular	12	268.297
Popular agrícola	25	652.874
Popular operário	36	975.469
Popular	75	1.894.377
Operário popular	64	1.580.957
Operário	<b>107</b>	2.518.300
Operário moderno	71	1.459.309
Médio	90	1.983.717
Médio superior	<b>161</b>	3.419.959
Superior médio	84	1.551.739
Superior	83	1.503.159
Total	812	17.879.997

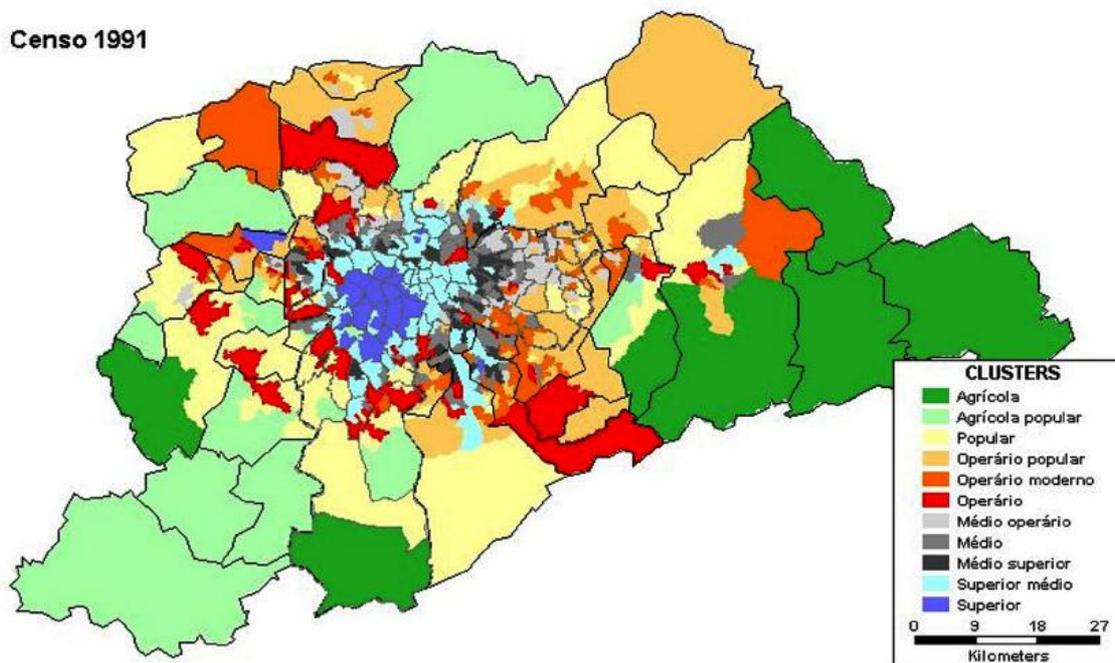
Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

Observa-se em 1991, uma nítida segmentação social do território metropolitano de São Paulo, com predominância de AEDs no *cluster* superior médio (127), vindo a seguir o operário popular (121). Em 2000, a concentração apresenta-se nos *clusters* médio superior (161) e operário (107), o que evidencia a manutenção de uma hierarquização, ou seja, da concentração do perfil superior em determinadas áreas da RMSP, destacando-se a região central do município-pólo.

Nas Figuras 1 e 2, podem ser visualizados, no espaço da RMSP e no município-pólo, separadamente, a configuração dos *clusters* em 1991:

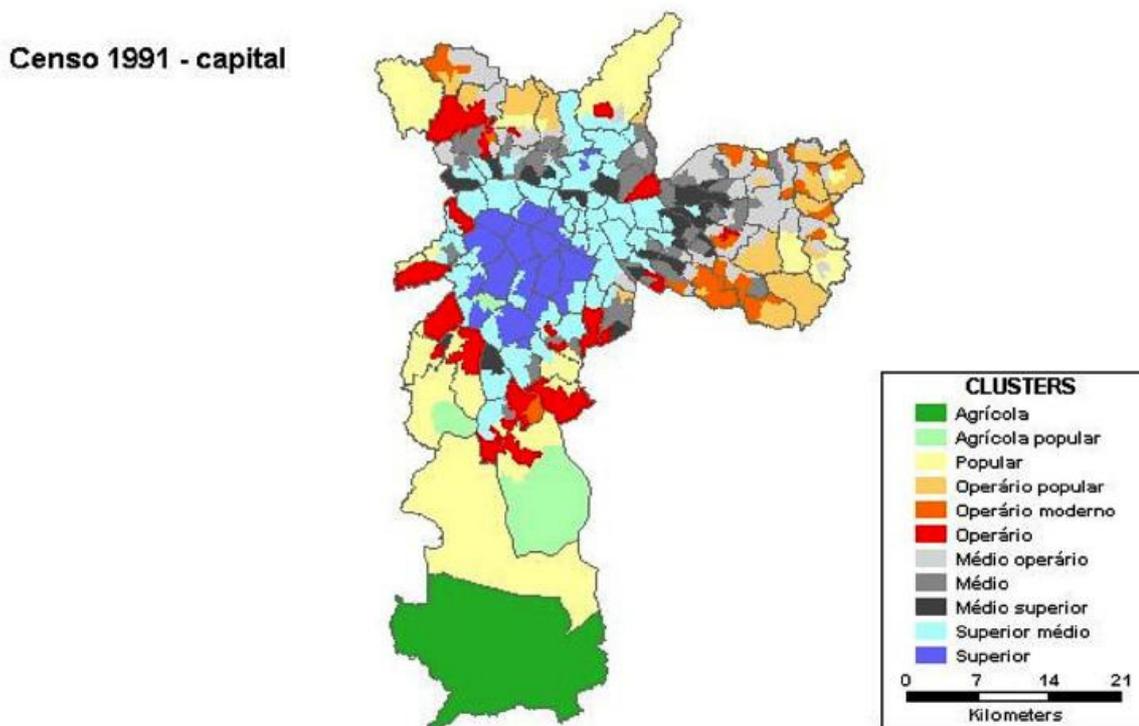
<sup>5</sup> As especificações mais detalhadas dos tipos de ocupações que caracterizam cada *clusters*, em 1991 e 2000, encontram-se descritas nos relatórios do Observatório das Metrôpoles de São Paulo, 2007 e 2008.

Figura 1 – Região Metropolitana de São Paulo – 1991 – Clusters



Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

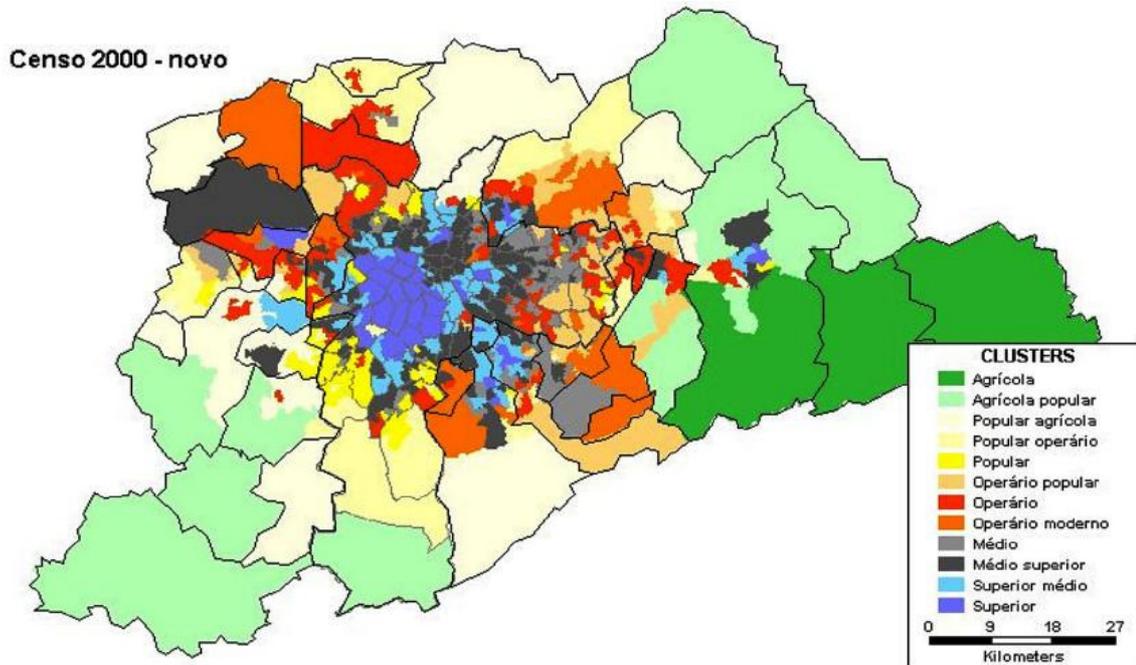
Figura 2 – Município de São Paulo – 1991 – Clusters



Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

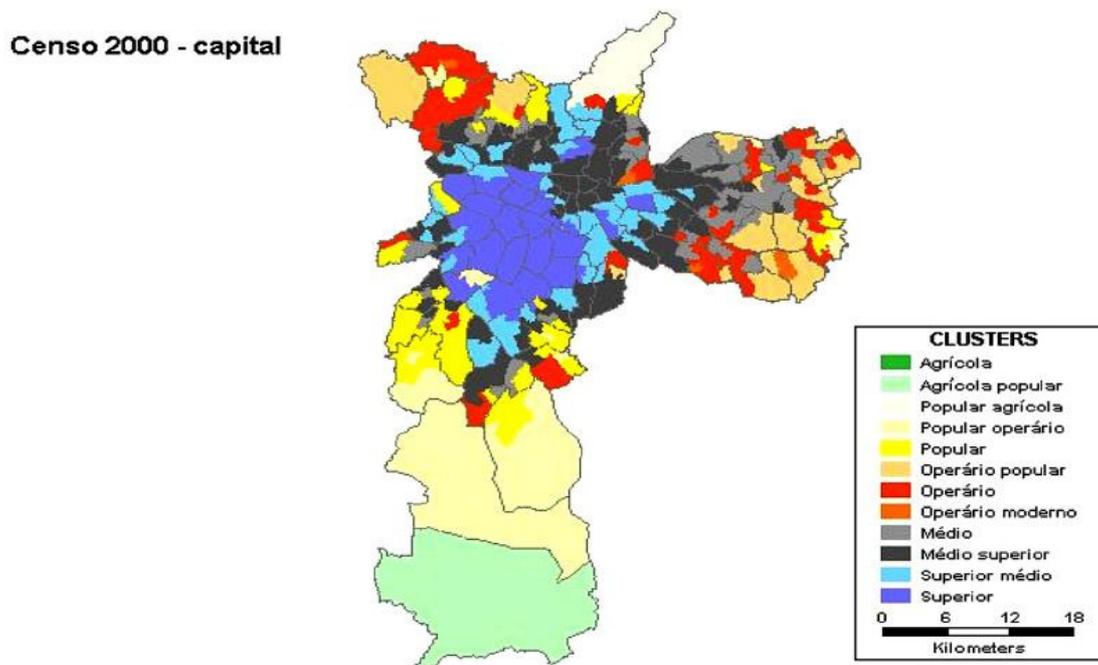
A distribuição dos espaços – metropolitanos e o do município-pólo por *clusters*, em 2000, estão evidenciados conforme configuração das Figuras 3 e 4.

Figura 3 – Região Metropolitana de São Paulo – 2000 – *Clusters*



Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

Figura 4 – Município de São Paulo – 2000 – *Clusters*



Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

As figuras evidenciam, conforme já apontado, que entre os anos de 1991 e 2000 há uma mancha das camadas superiores no centro da metrópole e a hierarquia descendente de tipos sócio-espaciais, à medida que se vai distanciando do centro. No eixo oeste e leste há expansão das camadas médias e altas, sendo que os espaços nitidamente operários concentram-se no eixo sudoeste da RMSP.

Nos estudos do Observatório das Metrôpoles de São Paulo, com base na análise comparativa dos dados, verifica-se também que, no decorrer da década de 2000, a população envelhece, o crescimento populacional vai se dando na periferia da RMSP, onde estão os piores indicadores. Nela se concentra a maior taxa de crescimento de jovens, não brancos e migrantes.

A renda concentra-se nos *clusters* superiores. Há melhoria das condições habitacionais e de infra-estrutura – saneamento básico, rede elétrica, abastecimento público de água –, o que levaria a supor que a segregação centro-periferia está amenizada, haja vista que não está havendo um acesso tão diferenciado a esses serviços urbanos, mas, por outro lado, a população favelada aumenta. A realidade educacional no decorrer dessa década configura-se segundo a hipótese sustentada nesse estudo, ou seja, conforme a renda e escolaridade dos pais, associadas ao local de moradia, a probabilidade de se ter um melhor nível de escolaridade é maior ou menor.

Os dados educacionais da RMSP de 1991 e 2000, em *clusters*, podem evidenciar essa relação. Os *clusters*, por anos de estudo, podem ser vistos nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Anos de estudo por *cluster* – 1991

<i>Clusters</i> 1991	Menos de 1 ano	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais	Não determinado	Alfabetização de adultos	Total
Agrícola popular	24,23	48,06	15,78	7,62	3,45	0,06	0,80	100,0
Popular	19,51	45,55	17,75	7,89	8,82	0,00	0,49	100,0
Operário popular	16,59	49,65	23,68	7,20	2,26	0,03	0,58	100,0
Operário moderno	17,33	50,82	22,98	6,54	1,57	0,04	0,71	100,0
Operário	13,38	48,26	24,04	10,42	3,27	0,05	0,58	100,0
Médio operário	11,83	43,67	23,62	13,32	7,03	0,02	0,51	100,0
Médio	11,14	45,66	23,94	13,32	5,37	0,04	0,54	100,0
Médio superior	8,87	41,72	21,76	16,68	10,38	0,04	0,54	100,0
Superior médio	7,97	39,84	20,12	18,36	13,13	0,02	0,56	100,0
Superior	5,64	30,86	18,07	20,58	24,55	0,01	0,30	100,0
Total	3,80	14,42	11,03	19,52	51,10	0,01	0,12	100,0

Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

Tabela 6 – Anos de estudo por *cluster* – 2000

<i>Clusters</i> 1991	Menos de 1 ano	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais	Não determinado	Alfabetização de adultos	Total
Agrícola popular	24,23	48,06	15,78	7,62	3,45	0,06	0,80	100,0
Popular	19,51	45,55	17,75	7,89	8,82	0,00	0,49	100,0
Operário popular	16,59	49,65	23,68	7,20	2,26	0,03	0,58	100,0
Operário moderno	17,33	50,82	22,98	6,54	1,57	0,04	0,71	100,0
Operário	13,38	48,26	24,04	10,42	3,27	0,05	0,58	100,0
Médio operário	11,83	43,67	23,62	13,32	7,03	0,02	0,51	100,0
Médio	11,14	45,66	23,94	13,32	5,37	0,04	0,54	100,0
Médio superior	8,87	41,72	21,76	16,68	10,38	0,04	0,54	100,0
Superior médio	7,97	39,84	20,12	18,36	13,13	0,02	0,56	100,0
Superior	5,64	30,86	18,07	20,58	24,55	0,01	0,30	100,0
Total	3,80	14,42	11,03	19,52	51,10	0,01	0,12	100,0

Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

Comparando-se os dados da Tabela 5 com os da 6, pode-se verificar uma melhora no nível educacional, de certa forma, em todos os *clusters* de 1991 para 2000. Analisando-se os extremos, nota-se um menor percentual de pessoas com somente um ano de estudo, tanto entre as camadas agrícolas como as superiores, havendo um ganho expressivo de pessoas com escolaridade entre 5 a 8 anos, últimas séries do ensino fundamental, em ambos os grupos.

Além disso, a população com mais anos de estudo, com percentuais muitos expressivos, tanto em 1991 como em 2000, corresponde aos *clusters* superiores e a com menor tempo se concentra nos *clusters* agrícola e popular.

Ao se analisar a variável renda e a média dos anos de estudo, em cada *cluster*, as constatações, anteriormente feitas, são reforçadas. Em 1991 e 2000, pode-se observar que a maior renda e anos de estudo encontram-se no *cluster* superior, que representa concentração de cerca de 6 vezes mais renda em SM do que o operário popular e o agrícola em 2000.

Esses dados estão evidenciados nas Tabelas 7 e 8.

Tabelas 7 e 8 – *Clusters* 1991 e 2000 versus renda e anos de estudo.

Tabela 7 – *Clusters* 1991

<i>Clusters</i> 1991	Anos de estudo	Renda em SM
Agrícola	3,82	1,66
Agrícola popular	4,24	2,95
Popular	4,00	1,87
Operário popular	3,86	1,64
Operário moderno	4,49	2,02
Operário	4,98	2,57
Médio operário	4,99	2,26
Médio	5,76	2,90
Médio superior	6,18	3,27
Superior médio	7,14	4,66
Superior	9,08	9,24
Total	5,51	3,27

Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

Tabela 8 – *Clusters* 2000

<i>Clusters</i> 2000	Anos de estudo	Renda em SM
Agrícola	4,97	3,22
Agrícola popular	5,30	3,94
Popular agrícola	5,53	4,48
Popular operário	4,76	3,44
Popular	5,62	3,98
Operário popular	5,18	3,34
Operário	5,97	4,36
Operário moderno	5,56	3,85
Médio	6,61	5,26
Médio superior	7,26	6,84
Superior médio	8,52	10,10
Superior	10,32	18,83
Total	6,67	6,87

Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

O nível mais alto de escolaridade, em 1991, concentra-se no *cluster* superior, que tem mais que o dobro de escolaridade do *cluster* agrícola e também a maior renda, o que vem confirmar a hipótese de que a escolaridade é mais alta nos espaços de maior renda.<sup>6</sup>

Em 2000, verificam-se algumas mudanças educacionais no espaço intra- metropolitano. Observa-se um aumento do nível médio de escolaridade de 1991. O menor nível apresentado na RMSF é

<sup>6</sup> Vale ressaltar que, em estudos realizados, conforme Bichir et al. (2008, p. 84) é diagnosticado um tratamento diferenciado entre as escolas públicas de periferia e às escolas centrais, quanto ao tempo de permanência do aluno na escola, aos critérios para seleção e alocação de diretores e professores concursados, estrutura de incentivo para professores, mantendo um quadro de desigualdades educacionais entre escolas de centro e periferia.

maior que a média do estado e do País onde, na região do nordeste brasileiro, um quinto da população ainda não lê, conforme dados do PNAD, 2006.

Outros indicadores – como o percentual de crianças de 7 a 14 anos que frequentam a escola por *clusters*, revelam os diferentes desempenhos educacionais por áreas correspondentes à tipologia sócio-espacial, evidenciando o quadro espacial das fragilidades e/ou potencialidades educacionais da RMSP, como se pode visualizar na Tabela 9.

Tabela 9 – Crianças de 7 a 14 anos que frequentam escola por *clusters* – 2000.

<i>Clusters</i> 2000	Sim, rede particular	Sim, rede pública	Não, já frequentou	Nunca frequentou	Total
Agrícola	1,44	25,15	52,52	20,89	100,0
Agrícola popular	2,85	27,31	52,10	17,74	100,0
Popular agrícola	3,38	28,10	52,57	15,95	100,0
Popular operário	2,24	27,95	50,39	19,41	100,0
Popular	3,93	26,21	54,78	15,08	100,0
Operário popular	2,35	28,78	51,90	16,97	100,0
Operário	4,31	26,27	55,85	13,57	100,0
Operário moderno	3,14	28,01	53,55	15,29	100,0
Médio	6,45	23,15	59,38	11,03	100,0
Médio superior	9,16	19,10	62,52	9,22	100,0
Superior médio	14,16	13,67	65,93	6,23	100,0
Superior	19,35	7,87	68,47	4,31	100,0
Total	7,11	22,44	58,32	12,14	100,0

Fonte: Observatório das Metrôpoles São Paulo, 2008.

Os dados evidenciam que o *cluster* superior é o que faz uso com maior frequência do ensino privado (19,35%), com escolas mais bem equipadas e de melhor qualidade de ensino, contrapondo-se aos *clusters* operário popular (28,78%) e popular agrícola (28,10%) que têm a maior parte de suas crianças nessa faixa etária na escola pública.

Com essas constatações sobre a realidade educacional da RMSP, em que o *cluster* superior é o agrupamento que apresenta melhores condições educacionais, reforça-se a tese do educador

Anísio Teixeira (1964) sobre a “escola seletiva”<sup>7</sup> - que reproduz as relações de segregação por meio da educação.

Quanto à população de 10 anos e mais que sabe ler, os dados evidenciados nos *clusters*, em 1991 e 2000, reforçam o quadro já constatado por meio da análise dos outros indicadores, conforme está explicitado nas Tabelas 10 e 11.

Tabela 10 – *Clusters* 1991

<i>Clusters</i> 1991	Sim	Não	Total
Agrícola	84,54	15,46	100
Agrícola popular	87,28	12,72	100
Popular	88,83	11,17	100
Operário popular	87,98	12,02	100
Operário moderno	91,03	8,97	100
Operário	91,85	8,15	100
Médio operário	92,69	7,31	100
Médio	94,15	5,85	100
Médio superior	95,11	4,89	100
Superior médio	95,86	4,14	100
Superior	96,89	3,11	100
Total	92,55	7,45	100

Fonte: Observatório das Metrópoles São Paulo, 2008.

Tabela 11 – *Clusters* 2000

<i>Clusters</i> 2000	Sim	Não	Total
Agrícola	89,53	10,47	100
Agrícola popular	91,36	8,64	100
Popular agrícola	93,08	6,92	100
Popular operário	91,32	8,68	100
Popular	93,76	6,24	100
Operário popular	93,08	6,92	100
Operário	94,76	5,24	100
Operário moderno	93,80	6,20	100
Médio	95,79	4,21	100
Médio superior	96,55	3,45	100
Superior médio	97,89	2,11	100
Superior	98,68	1,32	100
Total	95,26	4,74	100

Fonte: Observatório das Metrópoles São Paulo, 2008.

O maior índice dos que sabem ler, em 1991 e 2000, está no *cluster* superior seguido do superior médio e médio superior. O maior percentual de quem não sabe ler está no *cluster* agrícola.

Os dados permitem ter uma visão intra- metropolitana onde estão os melhores níveis de escolaridade. Esses dados podem ser cruzados ainda com outras variáveis que reforçam a hipótese desse trabalho.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Na visão de Anísio Teixeira, a escola seletiva é a que não cumpre a função de ministrar uma cultura básica ao povo brasileiro. “O ensino primário vem se fazendo um processo puramente seletivo” – isto é, “escolha de alguns destinados a prosseguir a educação em níveis pós-primários”.

<sup>8</sup> Um outro estudo que caminha nessa direção da territorialidade (vizinhança/bairro/*cluster*) x educação na realidade latino-americana é o de Nestor López (2008) que constata que quanto mais pobre é um cenário menos probabilidade têm suas crianças e adolescentes de completarem níveis significativos de escolaridade e de receberem educação de qualidade, evidenciando que a dimensão cultural é quase tão relevante quanto a econômica na configuração dos resultados educacionais.

Desse modo, o conhecimento do espaço intraterritorial permite elucidar relações antes não identificadas. O território, assim como diz Milton Santos (2000, p. 22) não é simplesmente um conceito: “ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”.

### **Considerações finais**

A educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária, pois não há escolaridade básica de qualidade que não implique melhoria de condições de vida.

No decorrer da década de 90 e em 2000, verifica-se, de modo geral, uma melhora do nível de escolaridade, em termos de aumento de matrículas nas escolas e de um número maior de anos de escolaridade, sendo que os que possuem educação mais restrita estão localizados principalmente nas áreas mais periféricas, ou seja, nos *clusters* agrícolas e operários e os de melhor nível nos *clusters* superiores.

A população da RMSP cresceu, embora com taxas menores em relação às últimas décadas, sendo que o crescimento populacional se deu na periferia onde estão os piores indicadores educacionais e econômicos e onde se encontra a maior taxa de crescimento de crianças e jovens no período de escolarização.

Houve melhoria das condições sociais e de infra-estrutura, saneamento básico, rede elétrica, abastecimento público de água nas áreas mais distantes; entretanto, esse dado não chega a amenizar a segregação centro-periferia, nem interferir no desempenho educacional. A renda continua concentrada nos *clusters* superiores com os melhores níveis educacionais.

Saber sobre a metrópole, pensar a metrópole nos seus espaços intraterritoriais, são formas de buscar, planejar e reivindicar outro espaço urbano menos desigual, menos fragmentado em espaços sociais antagônicos.

Pensar a cidade na dimensão educacional e intra-urbana é constatar a cidade que temos, para servir de subsídio para planejar a cidade que queremos: a utopia de cidade não permite a sua convivência com espaços segregados e de reprodução da marginalização.

## Referências Bibliográficas

BICHIR et al. (2008). “Educação na periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais?”. In: RIBEIRO, L.C. e KAZTMAN, R. (orgs). *A cidade contra a escola- segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital; Montevidéu/Uruguai, IPPES.

HADDAD, S. (2008). Educação e exclusão. *Le Monde Diplomatique Brasil*, maio.

INEP (2008). Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 20 dezembro.

LÓPES, N. (2008). “A escola e o bairro- reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades”. In: RIBEIRO, L.C. e KAZTMAN, R. (orgs). *A cidade contra a escola- segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital; Montevidéu/Uruguai, IPPES.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles de São Paulo, relatórios 2007 e 2008.

RIBEIRO, L.C. e KAZTMAN, R. (orgs). (2008). *A cidade contra a escola – segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital; Montevidéu/Uruguai, IPPES.

RIBEIRO, L. C. de Q. (s/d.). *Segregação Residencial e Políticas Públicas: espaço social na gestão do território*. (mimeo).

SANTOS, M. (2000). *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo, Perseu Abramo.

TASCHNER, S. (2001). *Desenhando os espaços da pobreza*. Livre Docência. São Paulo, FAU-USP.

TEIXEIRA, A. (1964). “A educação escolar no Brasil”. In: PEREIRA e FORACCHI. *Educação e sociedade*. São Paulo, Editora Nacional.

TORRES, H. (2004). A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. *Espaço & Debates – Segregações urbanas. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, Neru.

TORRES, H., FERREIRA, M. P. e GOMES, S. (2005). “Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs.) *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo, Editora SENAC.